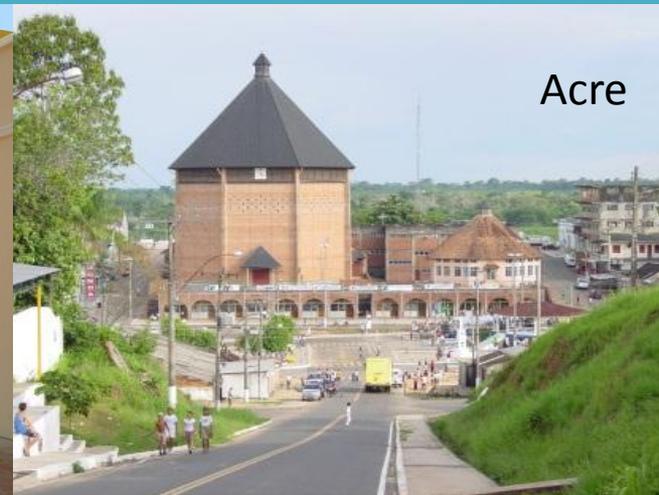


# 1ª RAE de 2015



Acre



Rondônia

Imagens da internet

Porto Velho  
22 de Abril/2015

# PAUTA DA REUNIÃO



**Resultados do PEP  
2015-2020  
1º trimestre**



O Brasil faz a justiça

**Resultados das  
Metas Nacionais  
1º trimestre**

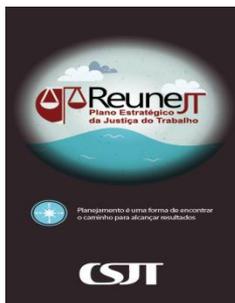


**Meta Regional  
14**



**Ações  
Prioritárias para  
o biênio**

**Metas do Plano  
Estratégico da JT**



**Deliberações**

Sobre o Glossário de  
Metas do PEP 2015-  
2020 e as Atas de  
Reunião

# INTRODUÇÃO

## GERENCIAR A ESTRATÉGIA

O GERENCIAMENTO DA ESTRATÉGIA É CONTÍNUO, ENTRETANTO O PONTO ALTO É A REALIZAÇÃO PERIÓDICA DAS REUNIÕES DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA.

**QUAL A FINALIDADE DA RAE PARA NOSSO TRT?**

VIABILIZAR O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO:

PEP 2015/2020;

PLANO DE GESTÃO 2015/2016;

GERENCIAR E ALIMENTAR OS RESULTADOS DAS METAS NACIONAIS;

GERENCIAR E ALIMENTAR AS METAS DO PEP DA JUSTIÇA DO TRABALHO;

# INTRODUÇÃO

## GERENCIAR A ESTRATÉGIA

ESTUDOS DE CASO COM ORGANIZAÇÕES QUE UTILIZAM COM SUCESSO O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DEMONSTRAM QUE A PERIODICIDADE IDEAL DESSAS REUNIÕES É DE TRÊS MESES. ESSA TAMBÉM FOI A ORIENTAÇÃO DO CNJ PARA OS ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO.

SETORIALMENTE, O GESTOR E SUA EQUIPE DEVEM PROMOVER REUNIÕES PARA ANALISAR AS CONTRIBUIÇÕES QUE A UNIDADE TEM PRESTADO À ESTRATÉGIA.

ESSE PROCESSO DE GOVERNANÇA ENFATIZA O APRENDIZADO, A SOLUÇÃO DE PROBLEMAS EM EQUIPE E A ORIENTAÇÃO EM REUNIÕES DE AVALIAÇÃO EFICAZES E PRÉVIAS ÀS RAES.

A EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA É UM DOS PRINCIPAIS DESAFIOS, POIS CONSISTE EM FAZER COM QUE A ESTRATÉGIA APROVADA SEJA SISTEMATICAMENTE IMPLEMENTADA, ACOMPANHADA, ANALISADA E, SE FOR PRECISO, REDEFINIDA PARA GARANTIR UMA EFICIENTE GOVERNANÇA CORPORATIVA E O ALCANCE DA VISÃO DE FUTURO DELINEADA PELO TRT 14.

# INTRODUÇÃO

## GERENCIAR A ESTRATÉGIA

A GESTÃO ESTRATÉGICA É VOLTADA PARA O LONGO PRAZO E ESTÁ INTEGRADA NUM SISTEMA DE GESTÃO COM FOCO EM RESULTADOS. OS PROJETOS, AS INICIATIVAS, AS CAPACITAÇÕES, AS AÇÕES CONCRETAS DESENVOLVIDAS PELOS SETORES SÃO O QUE “DÃO VIDA” AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.

**O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO:** PERMITE ESTABELECEM VISÃO ESTRATÉGICA DE LONGO PRAZO;

**A GESTÃO ESTRATÉGICA:** CONCENTRA ESFORÇOS NA OTIMIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE TRABALHO E NA GESTÃO DA QUALIDADE, MELHORANDO A PERFORMANCE INSTITUCIONAL E CONSEQUENTEMENTE A SATISFAÇÃO DA SOCIEDADE;

**A GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO:** UTILIZA AS INFORMAÇÕES, COLETA DADOS COMPLEXOS, MUITAS VEZES ATÉ AMBÍGUOS, E OS INTERPRETA. COM A UTILIZAÇÃO DESSAS INFORMAÇÕES FIDEDIGNAS É QUE A ADMINISTRAÇÃO SE APOIA PARA O PROCESSO DECISÓRIO.

# RESULTADOS DO PEP 2015-2020 1º TRIMESTRE

# ANÁLISE DOS RESULTADOS – 1º TRIMESTRE

A seguir, a análise do PEP 2015-2020 por perspectiva:

1. Sociedade,
2. Processos Internos,
3. Recursos.

# PERSPECTIVA SOCIEDADE

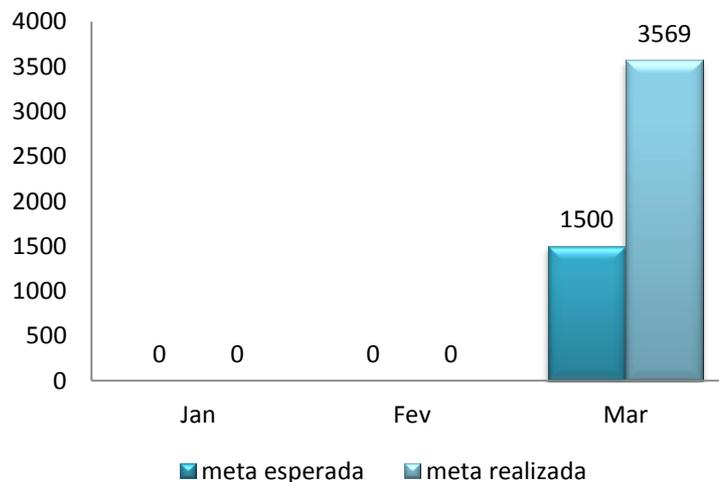
## Objetivos a serem alcançados:

Garantia dos direitos da cidadania

Manter as práticas socioambientais sustentáveis

**Meta:** Manter o patamar superior a **17.000 pessoas** beneficiadas, ao ano, pelas ações socioambientais, até 2020.

### Índice de Responsabilidade Socioambiental (IRS)



Fonte: Sigest

# PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

## Objetivos a serem alcançados:

Estímulo à conciliação e às soluções alternativas de conflito

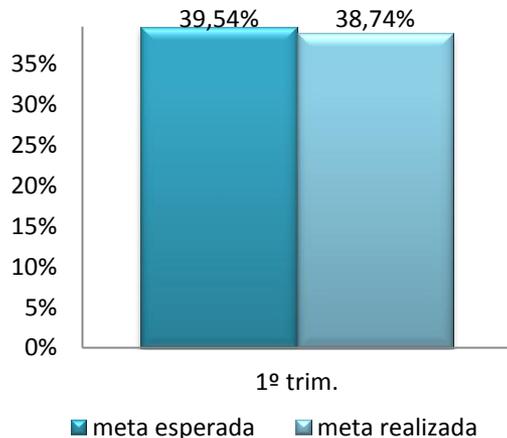
Ampliar as formas de conciliação e soluções alternativas de conflito

**Meta:** Aumentar o Índice de Conciliação na fase de Conhecimento, em relação ao ano de 2014, em 10%, até 2020.

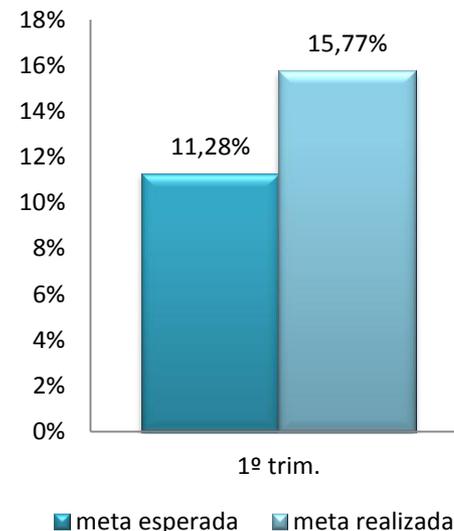
**Meta:** Aumentar o Índice de Conciliação na fase de Execução, em relação ao ano de 2014, em 10%, até 2020.

### Meta Específica

#### Fase de Conhecimento



#### Fase de Execução



# PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

## Objetivos a serem alcançados:

Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

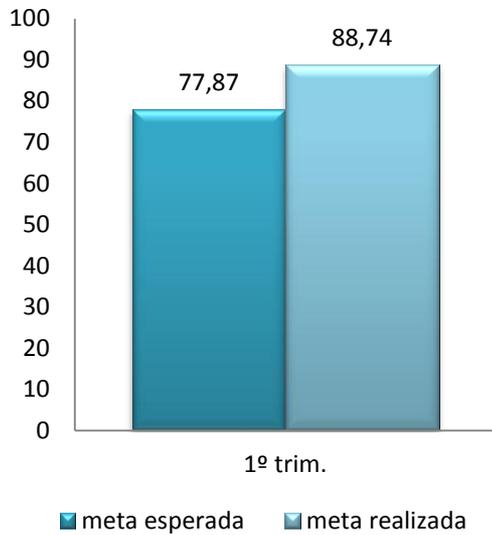
Aumentar a eficiência operacional quanto à celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

Meta Específica

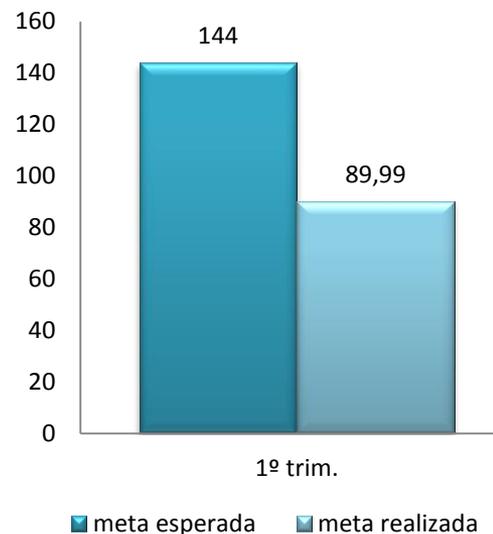
**Meta:** Reduzir em 5% o prazo médio de duração do processo na 1ª instância, em relação ao ano-base 2014.

**Meta:** Reduzir em 5% o prazo médio de duração do processo na 2ª instância, em relação ao ano-base 2014.

1ª Instância (dias)



2ª Instância (dias)



# PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

## Objetivos a serem alcançados:

Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

Aumentar a eficiência operacional quanto à celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

**Meta:** Manter o Índice de Processos Solucionados em 100%

### Índice de Processos Solucionados - 2ª Instância (IPS2)



**Meta:** Manter o Índice de Processos Solucionados em 100%

### Índice de Processos Solucionados - 1ª Instância (IPS1c)



# PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

## PROPOSTA:

Substituir o indicador ÍNDICE DE PROCESSOS SOLUCIONADOS por ÍNDICE DE ATENDIMENTO DA DEMANDA.

Índice de Processos Solucionados

**SOLUCIONADOS/  
CASOS NOVOS**

Índice de Atendimento da demanda

**BAIXADOS/  
CASOS NOVOS**

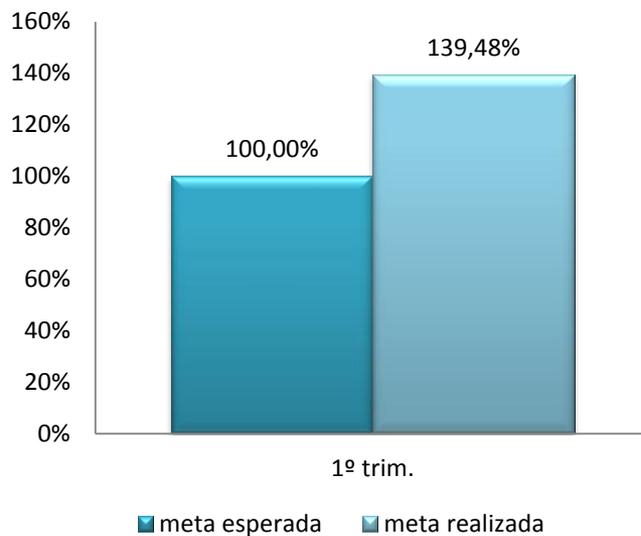
# PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

Impulso às execuções trabalhistas e fiscais

Garantir a efetividade das execuções trabalhistas e fiscais

**Meta:** Baixar mais processos que as execuções iniciadas no período.

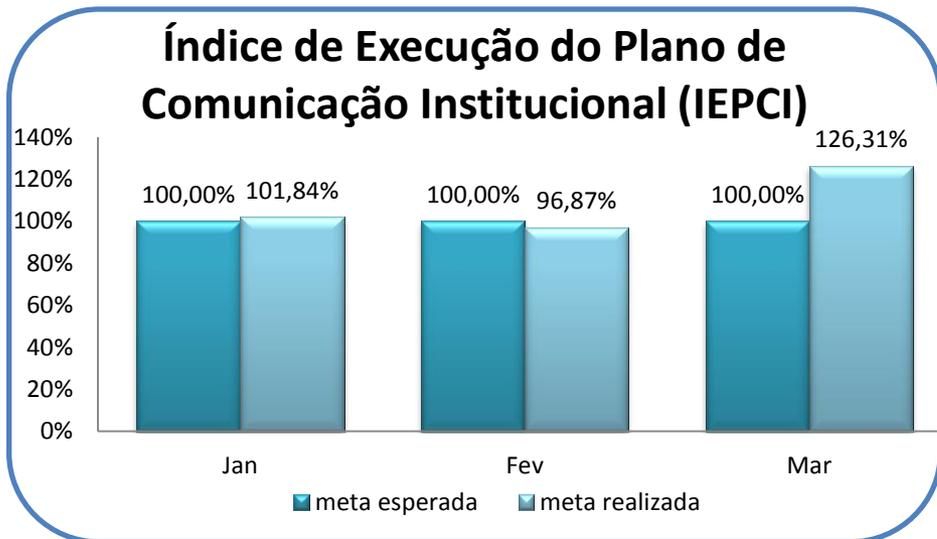
## Índice de Execução (IE) acumulado



Fonte: Sigest

## Melhorar a comunicação interna e externa

**Meta:** Manter o Plano de Comunicação Institucional com as suas metas cumpridas



Fonte: Sigest

### Objetivos de Contribuição:

1. Desenvolver campanhas e aprimorar a divulgação das ações da atividade-fim e dos eventos institucionais – **Desempenho 110,5%.**

- Índice de acesso às publicações de atividade-fim no Portal TRT14
- Índice de sucesso na divulgação dos eventos e ações realizadas
- Índice de acesso às publicações de decisões judiciais de 1º e 2º graus

2. Fomentar e compartilhar ações proativas para a valorização e preservação da imagem institucional – **Desempenho 200%.**

- Práticas do orgulho de pertencer divulgadas
3. Ampliar o relacionamento com a sociedade por intermédio e com parcerias dos Meios de Comunicação – **Desempenho 144,7%.**

- Índice de divulgação na mídia

4. Aprimorar e otimizar as ferramentas utilizadas no processo de comunicação interna – **Desempenho 50%.**

- Índice de otimização das ferramentas de comunicação interna

1. O tribunal aprimorou o Blog 14, mantendo as informações atualizadas? **SIM**
2. O tribunal revitalizou a intranet de forma a dinamizar e melhorar o acesso às informações? **NÃO**
3. O tribunal elaborou manuais ou regulamentações para utilização das ferramentas de comunicação interna e externa, contemplando a maioria dos serviços, mantendo disponíveis para servidores e magistrados? **NÃO**
4. O tribunal revitalizou a Web Rádio 14, mantendo-a funcionando diariamente? **SIM**
5. O tribunal normatizou o serviço de spark, disciplinando a sua utilização e existe efetivo gerenciamento de seu uso? **NÃO**
6. O tribunal revitalizou o serviço existente de mídia eletrônica nas dependências da sede do tribunal e nas Varas do Trabalho, mantendo em funcionamento e conteúdo atualizado? **SIM**
7. O tribunal reeditou o informativo impresso Página 14, mantendo sua publicação periódica? **NÃO**
8. O vídeo institucional do tribunal está atualizado, diante das inovações? **SIM**

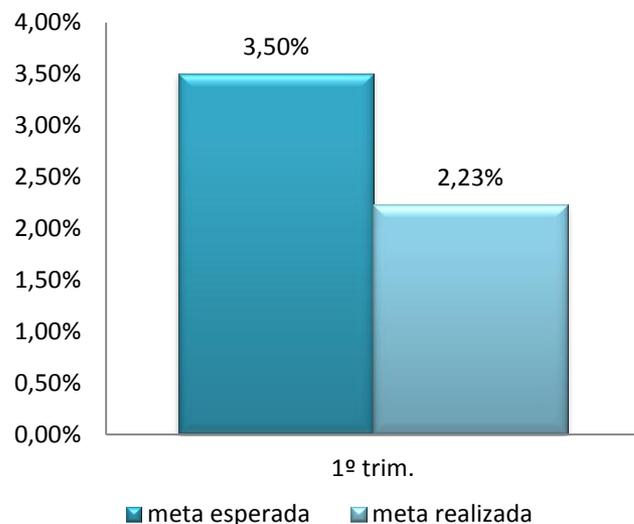
# PERSPECTIVA RECURSOS

Melhoria da gestão de pessoas e da qualidade de vida

Promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas

**Meta:** Reduzir o índice de absenteísmo para 3,5% em 2015.

## Índice de absenteísmo (IA)



**Meta:** Alcançar 60% dos servidores e magistrados com exame médico periódico preventivo regularizado, em 2015

## Índice de Prevenção de Saúde (IPS)



Fonte: Sigest

# PERSPECTIVA RECURSOS

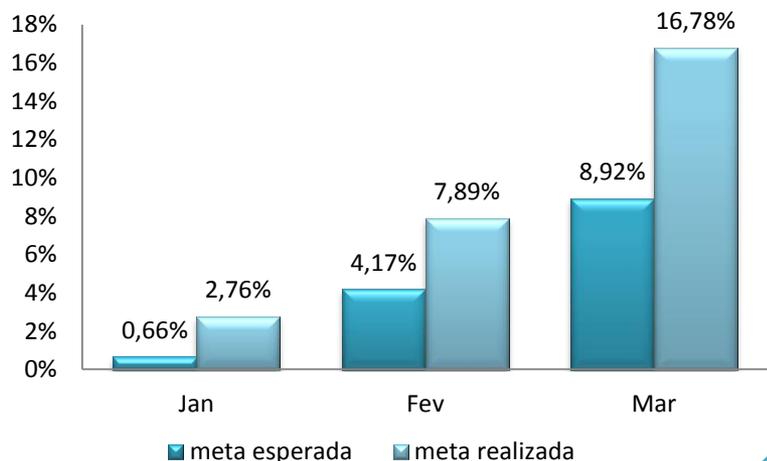
Aperfeiçoamento da gestão de custos

Gerir o orçamento de forma eficiente e eficaz

Meta Regional 14

**Meta:** Executar, até setembro 65%, até outubro 73%, até novembro 81% e até dezembro 90% do orçamento anual disponível para 2015, excluídas as despesas com pessoal. (Portaria GP nº 0243, de 9 de fevereiro de 2015).

## Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado (IEOD) - acumulado



**Meta:** Alcançar 100% de desempenho das metas esperadas com relação ao consumo de água, energia elétrica, papel A4, telefone e combustíveis.

## Índice de Eficiência Operacional (IEO) - acumulado



Obs.: Sem informações de março para despesas de combustíveis e telefonia.

Fonte: Sigest

# PERSPECTIVA RECURSOS

Aprimoramento da infraestrutura e governança de TIC

Maximizar os resultados da governança de TIC

**Meta:** Manter o PETIC com as suas metas Cumpridas.

## Índice de Execução do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (IEPETIC)



Fonte: Sigest

# Resultados dos iGov's

# DEFINIÇÃO DE GOVERNANÇA

**Governança no setor público** compreende essencialmente os mecanismos de **liderança, estratégia e controle** postos em prática para **avaliar, direcionar e monitorar** a atuação da gestão, com vistas à implementação de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Fonte: Brasil, 2014 - TCU

# COESTADO - AUDITORIAS DE GOVERNANÇA

- ✓ Avaliação de Governança de TI (2007-2008; 2010; 2012; 2014)
- ✓ Avaliação de Governança de Pessoal (2013)
- ✓ Avaliação de Governança das Aquisições (2013-2014)
- ✓ Avaliação de Governança em Segurança Pública (2013-2014)
- ✓ Levantamento do sistema de governança e gestão que caracteriza a Administração do Estado Brasileiro (2013)
- ✓ Levantamento da estrutura, funcionamento e projetos prioritários voltados à modernização da governança e da gestão no Poder Judiciário Federal (2013)

Fonte: TCU

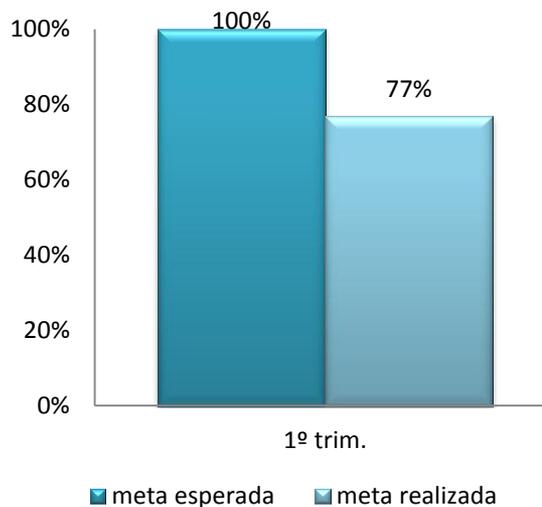
# PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

Fortalecimento dos processos de governança administrativa e judiciária

Maximizar os resultados da governança administrativa e judiciária

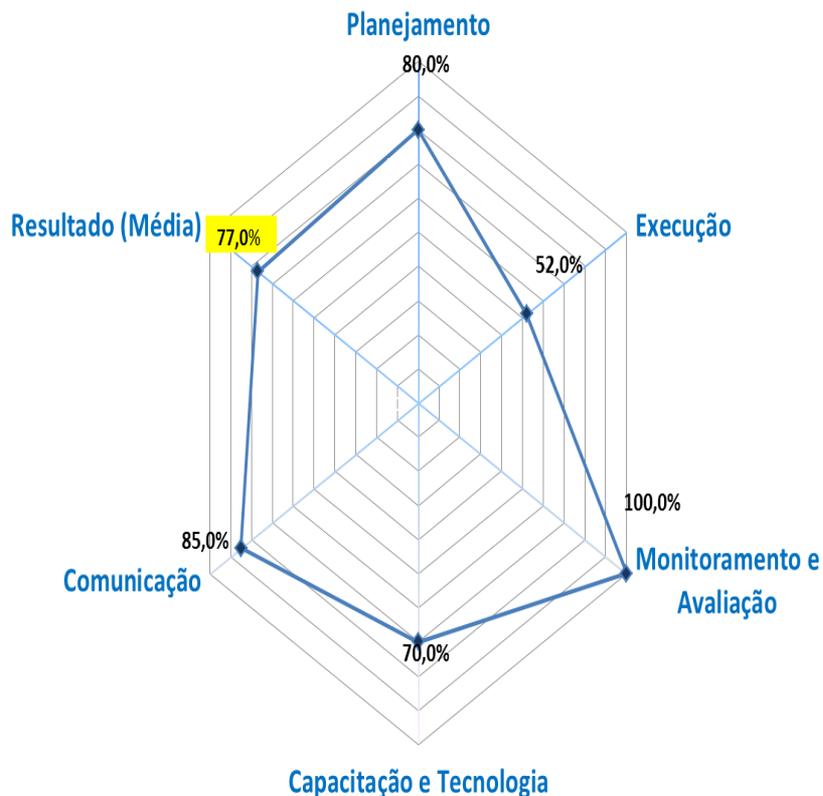
**Meta:** Atingir e manter a média de governança em gestão estratégica igual a 100%, até 2020.

## Índice de Governança da Gestão Estratégica (IGovGE)



Fonte: Sigest

## Gestão Estratégica - TRT14 - 2015



## PROVIDÊNCIAS TOMADAS:

A Presidência determinou a atuação dos seguintes processos, com o objetivo de mitigar os **gaps** identificados nos questionários CNJ, TCU:

- Elaboração do Plano de Ação – Aquisições deste Regional para 2016, em conformidade com o Questionário IgovAquisições;
- Elaboração de Plano de ação – Processos;
- Pesquisa Interna para disseminação da Estratégia 2015/2020.

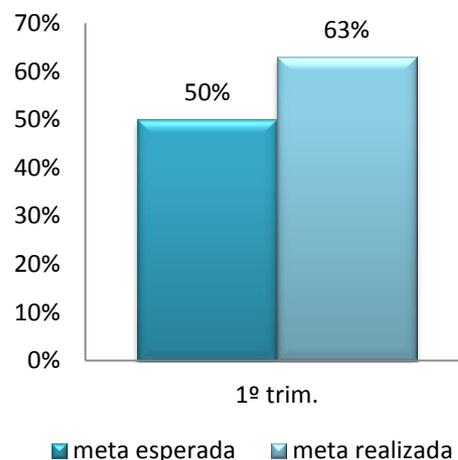
# PERSPECTIVA RECURSOS

Melhoria da gestão de pessoas e da qualidade de vida

Maximizar a governança da gestão de pessoas

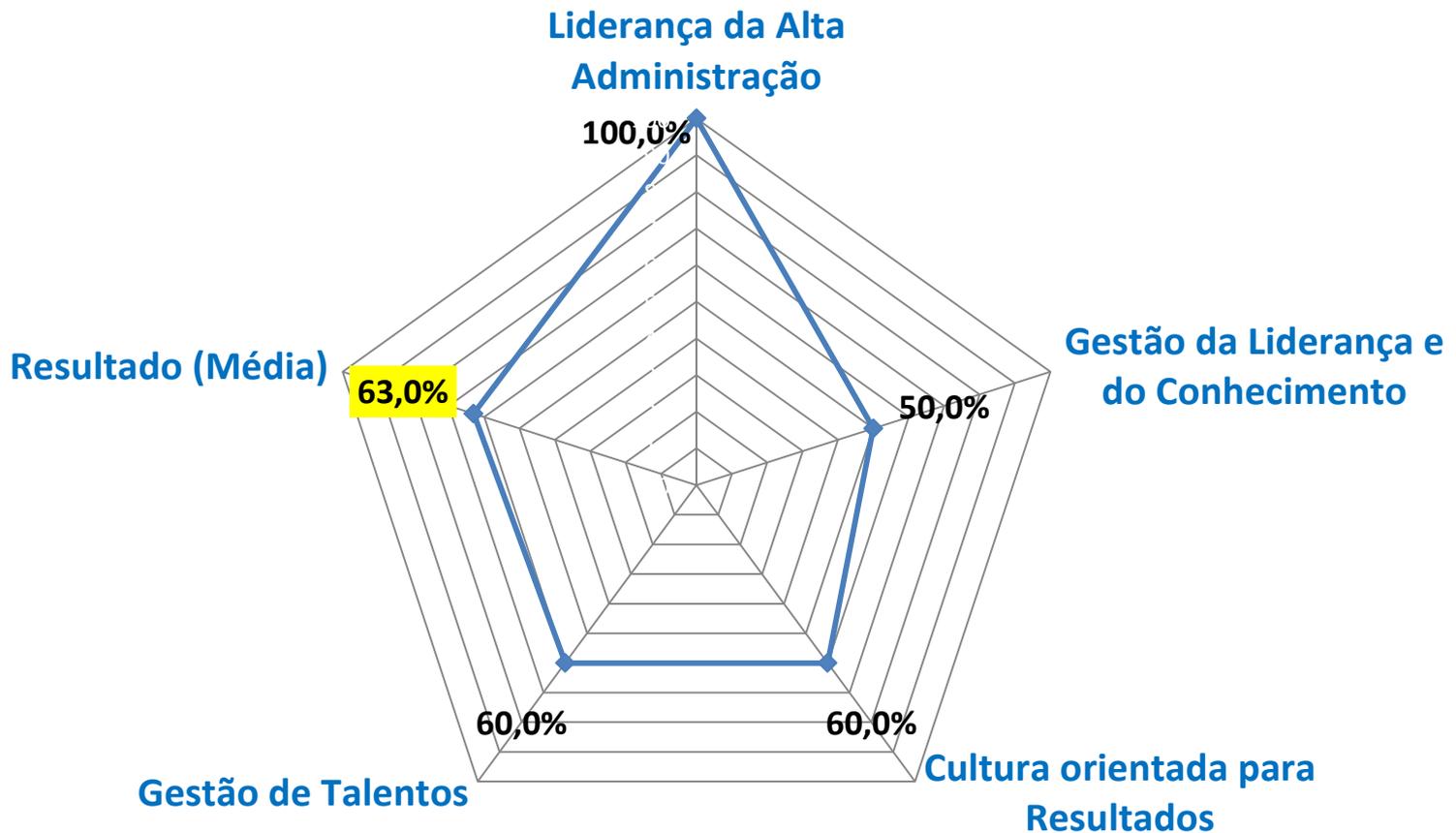
**Meta:** Alcançar a média de governança em gestão de pessoas em 50%, em 2015

## Índice de Governança da Gestão de Pessoas (IGovGP)



Fonte: Sigest

# Índice de Governança de Gestão de Pessoas - IGovGP



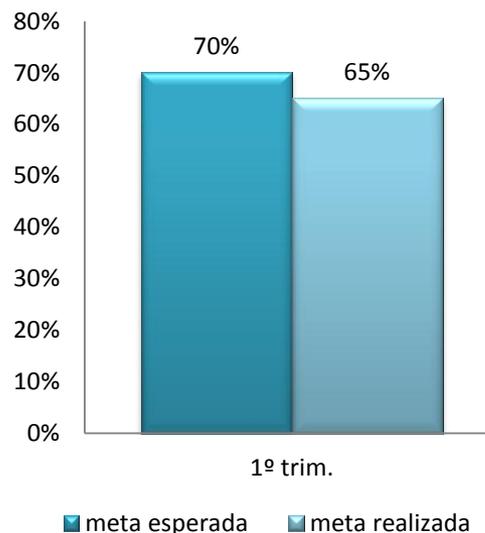
# PERSPECTIVA RECURSOS

Melhoria da gestão de pessoas e da qualidade de vida

Promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas

**Meta:** Implantar 70% dos benefícios de qualidade de vida, em 2015.

## Índice de Qualidade de Vida (IQV)

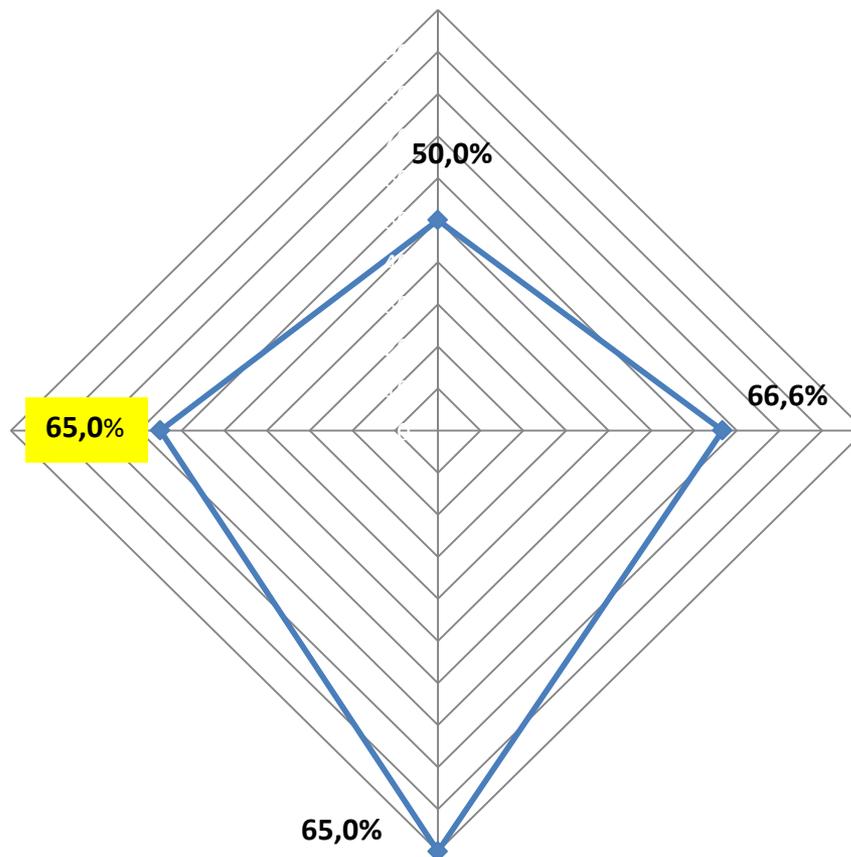


Fonte: Sigest

# Índice de Qualidade de Vida - IQV

Condições do Ambiente  
Organizacional

Resultado (Média)



Benefícios de  
Melhoria da Saúde

Benefício de Convivência  
e Lazer

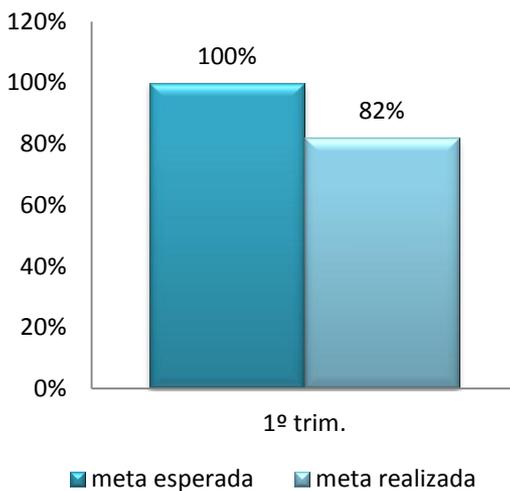
# PERSPECTIVA RECURSOS

Aprimoramento da infraestrutura e governança de TIC

Prover o Regional de infraestrutura física adequada

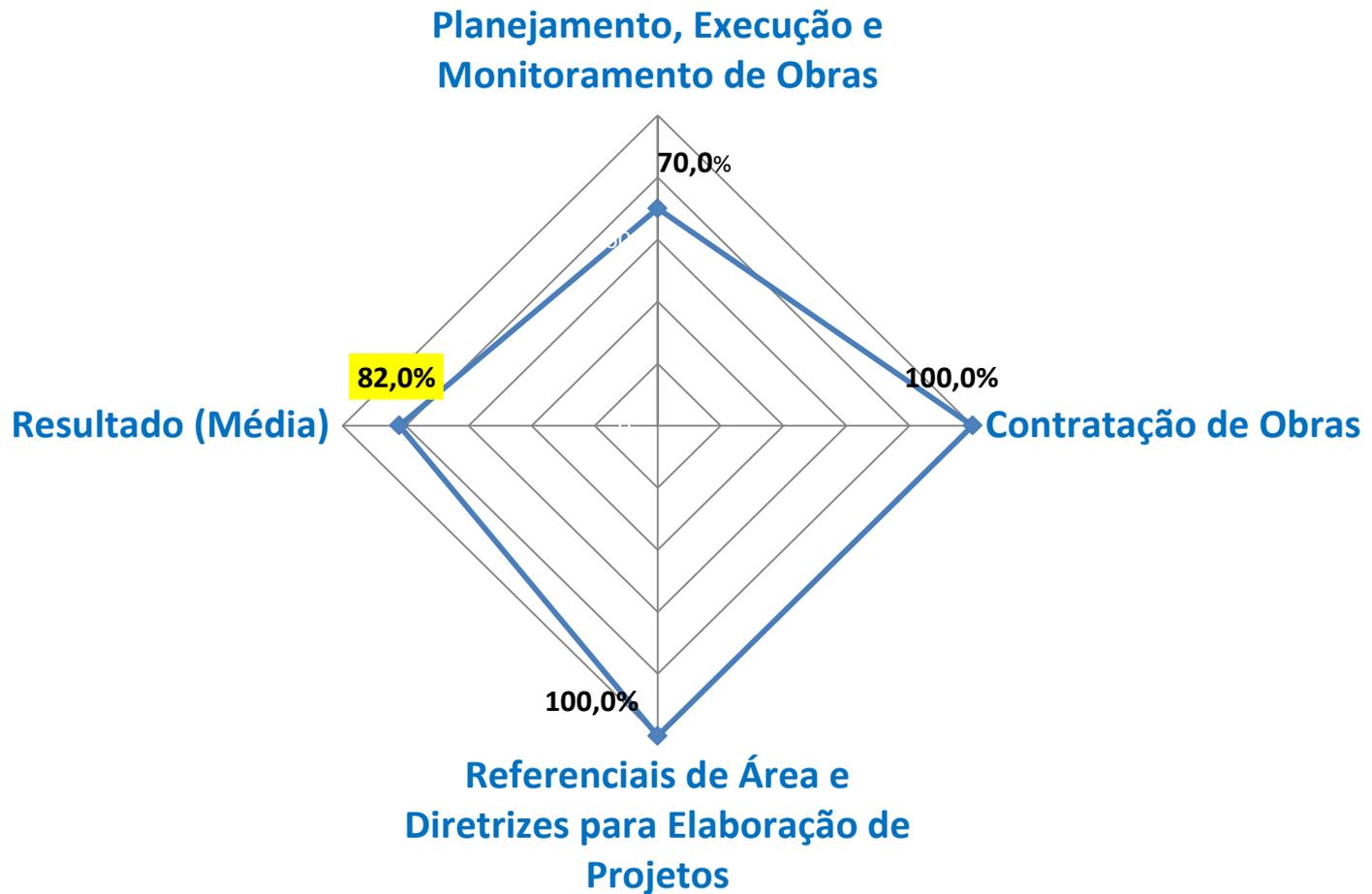
**Meta:** Alcançar a média de governança da infraestrutura igual a 100%, até 2020

## Índice de Governança da Infraestrutura (IGovinfra) 1º trim. 2015



Fonte: Sigest

# Índice de Governança da Infraestrutura - IGovinfra



# Resultado Consolidado das metas 1º Trimestre

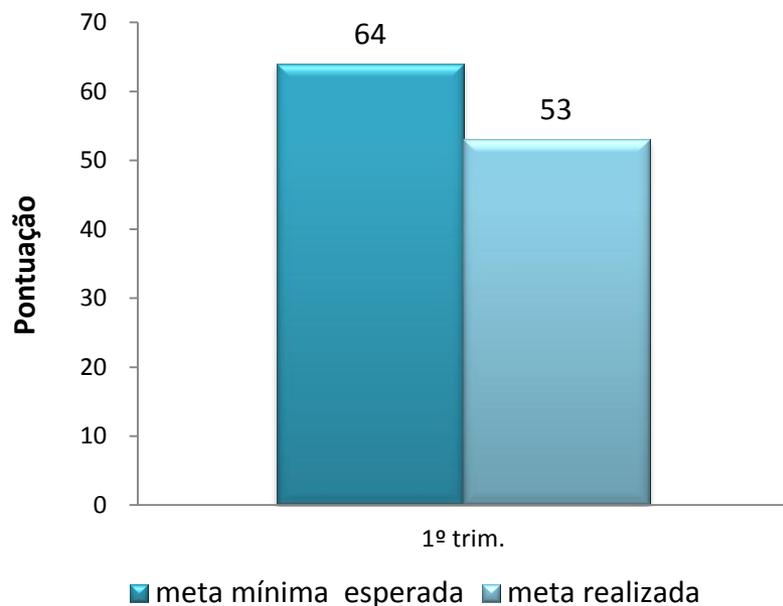
# PERSPECTIVA SOCIEDADE

Efetividade na prestação jurisdicional

Garantir a efetividade da prestação jurisdicional

**Meta:** Atingir e manter pontuação entre **64 e 96**, até 2020

## Índice de Alcance das Metas (IAM)



## Esclarecimentos do Indicador:

- Mede o desempenho geral das metas estabelecidas no planejamento estratégico em vigência.
- Metas com maior nível de complexidade recebem peso maior.

Fonte: IGov CNJ

# METAS REGIONAIS 2015

Meta 1	Atingir e manter pontuação entre 64 e 96
Meta 2	Manter o patamar superior a 17.000 pessoas beneficiadas
Meta 3	Aumentar o Índice de Conciliação na Fase de Conhecimento, em 5%, em relação ao ano de 2014
Meta 4	Aumentar o Índice de Conciliação na Fase de Execução, em 5%, em relação ao ano de 2014
Meta 5	Manter o prazo médio de duração do processo na 2ª instância, em relação ao ano de 2014
Meta 6	Manter o prazo médio de duração do processo na 1ª instância, fase de conhecimento, em relação ao ano-base 2014
Meta 7	Manter o Índice de Processos Solucionados na 2ª Instância em 100%
Meta 8	Manter o Índice de Processos Solucionados na 1ª Instância em 100%
Meta 9	Baixar mais processos que as execuções iniciadas no período
Meta 10	Atingir e manter a média de governança em gestão estratégica igual 100%

# METAS REGIONAIS 2015

Meta 11	Manter o Plano de Comunicação Institucional com as suas metas cumpridas
Meta 12	Alcançar a média de governança em gestão de pessoas em 50%, em 2015
Meta 13	Reduzir o índice de absenteísmo para 3,5%, em 2015
Meta 14	Alcançar 60% dos servidores e magistrados com exame médico periódico preventivo regularizado, em 2015
Meta 15	Implantar 70% ou mais dos benefícios de qualidade de vida, em 2015
Meta 16	Executar, até setembro 65%, até outubro 73%, até novembro 81% e até dezembro 90% do orçamento anual disponível para 2015, excluídas as despesas com pessoal, em 2015
Meta 17	Alcançar 100% de desempenho das metas esperadas com relação ao consumo de água, energia elétrica, papel A4, telefone e combustíveis
Meta 18	Alcançar a média de governança da infraestrutura igual a 100%
Meta 19	Manter o PETIC com as suas metas cumpridas

# **METAS NACIONAIS**

**1º TRIMESTRE**

# METAS NACIONAIS 2015

Portaria GP nº 0243/2015

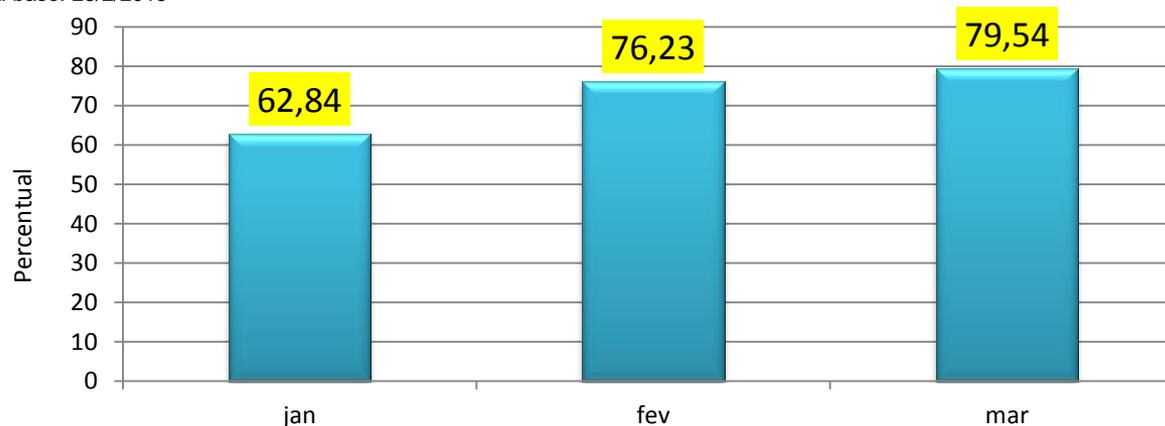
## META 1

**META 1 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente (1º e 2º graus)**

Instância	(P1.1) Número total de processos de conhecimento não criminais novos distribuídos no mês de referência (1º e 2º graus)	(P1.5) Número total de processos não criminais distribuídos no exercício de 2015 e que, no mês de referência, saíram da distribuição ou remessa para outro tribunal ou jurisdição ou deixaram de se enquadrar nos critérios da meta (1º e 2º grau)	(P1.3) Número total de processos de conhecimento não criminais até então não julgados na Instância que, no mês de referência, receberam primeiro ou único julgamento (1º e 2º grau)	Percentual de cumprimento (%)
1º grau	5.961	0	5.248	88,02
2º grau	1.555	0	731	46,98
Total	7.516	0	5.979	79,54

Fonte: Sistema de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho (Sigest)

Data-base: 28/2/2015



# METAS NACIONAIS 2015

Portaria GP nº 0243/2015

## META 2

TRT14 - META 2 - Julgar processos mais antigos - Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013 no 1º e 2º graus.

Unidade Responsável: Secretaria Judiciária

Período	(P2.1) Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados no PERÍODO DE REFERÊNCIA*, excluídos os que se encontravam suspensos em 31/12/2014. (Periodicidade Única)		(P2.4) Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2014 que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência. (Periodicidade Mensal)		(P2.7) Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2014 que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos ritérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência. (Periodicidade Mensal)		(P2.10) Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2014 que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez no ano de 2015. (Periodicidade Mensal)		(P2.13) Número total de processos informados em P2.1, que foram julgados pela primeira ou única vez até 31/12/2014. (Periodicidade Única)	
	1º grau	2º grau	1º grau	2º grau	1º grau	2º grau	1º grau	2º grau	1º grau	2º grau
jan			0	0	0	0	30	10		
fev			0	0	0	0	34	9		
mar			0	0	0	0	43	8		
abr										
mai										
jun	4.923	338							4.500	327
jul										
ago										
set										
out										
nov										
dez										
Total										
PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO (%)										104,78%

Fonte: Sistema de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho (Sigest)

Data-base: 28/2/2015

Quadro Auxiliar de Interpretação da Meta 2

Descrição	1º grau	2º grau	1º e 2º graus
(P2.1) Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados no PERÍODO DE REFERÊNCIA*, excluídos os que se encontravam suspensos em 31/12/2014. (Periodicidade Única)	4.923	338	5.261
(P2.4) Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2014 que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência. (Periodicidade Mensal)	0	0	0
(P2.7) Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2014 que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos ritérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência. (Periodicidade Mensal)	0	0	0
Total de Processos a Serem julgados (P2.1 + P2.4 - P2.7)	4.923	338	5.261
<b>META - Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos: 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013</b>	<b>4.431</b>	<b>304</b>	<b>4.735</b>
(P2.13) Número total de processos informados em P2.1, que foram julgados pela primeira ou única vez até 31/12/2014. (Periodicidade Única)	4.500	327	4.827
(P2.10) Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2014 que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez no ano de 2015. (Periodicidade Mensal)	107	27	134
Total de processos julgados (até 31/12/2014 e 2015) (P2.13 + P2.10)	4.607	354	4.961
Processos que precisam ser julgados para cumprimento da Meta	0	0	0
PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO DA META (%)	103,98%	116,37%	104,78%

Fonte: Sistema de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho (Sigest)  
data-base: 31/01/2015

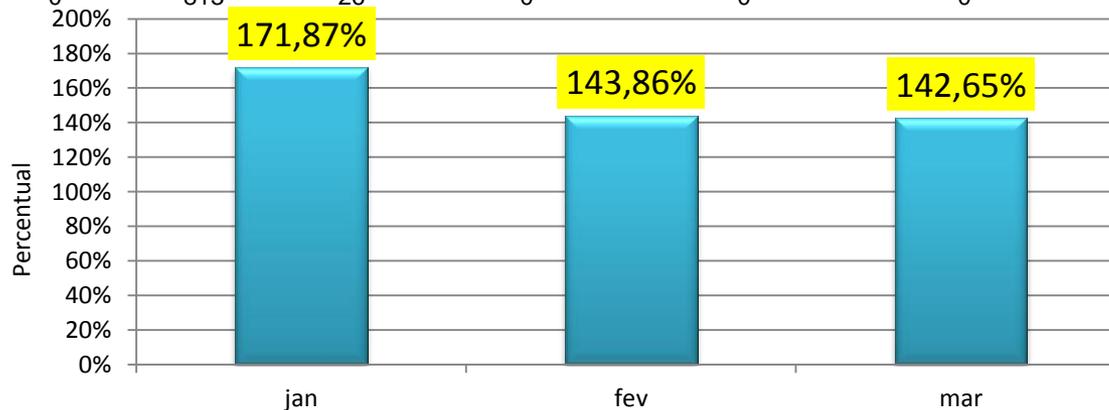
# METAS NACIONAIS 2015

Portaria GP nº 0243/2015

## META 5

META 5 - Impulsionar processos à execução - baixar em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

Período	(P5.1) Número total de casos novos de execução não fiscal no mês de referência	(P5.2) Número total de casos novos de execução fiscal no mês de referência	(P5.3) Número total de processos de execução não fiscal baixados definitivamente no mês de referência	(P5.4) Número total de processos de execução fiscal baixados definitivamente no mês de referência	(P5.5) Número total de processos de execução não fiscal que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	(P5.6) Número total de processos de execução fiscal que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	(P5.7) Número total de processos de execução não fiscal que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	(P5.8) Número total de processos de execução fiscal que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Percentual de cumprimento (%)
jan	390	0	660	12	0	0	0	0	171,87%
fev	537	0	650	13	0	0	0	0	143,86%
mar	596	0	813	26	0	0	0	0	142,65%



# METAS NACIONAIS 2015

Portaria GP nº 0243/2015

## META 6

Identificar e julgar até 31/12/2015 as ações coletivas distribuídas até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no segundo grau.

Item	Descrição	1º grau	2º Grau	Total 1º e 2º graus
1	(P6.1) - Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos e não julgados na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA*, EXCLUÍDOS OS QUE SE ENCONTRAVAM SUSPENSOS EM 31/12/2014. (Periodicidade Única)	37	5	42
2	(P6.4) - Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* E NÃO JULGADOS ATÉ 31/12/2014 que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência. . (Periodicidade Mensal)	0	0	0
3	(P6.5) - Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* E NÃO JULGADOS ATÉ 31/12/2014 que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência. (Periodicidade Mensal)	0	0	0
4	<b>Total de processos para julgamento (itens 1 + 2 + 3)</b>	<b>37</b>	<b>5</b>	<b>42</b>
5	(P6.6) - Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* E NÃO JULGADOS ATÉ 31/12/2014 que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez. (Periodicidade Mensal)	0	0	0
6	(P6.2) - Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* QUE FORAM JULGADOS EM 2013 (Periodicidade Única)	30	8	38
7	(P6.3) - Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância NO PERÍODO DE REFERÊNCIA* QUE FORAM JULGADOS EM 2014 (Periodicidade Única)	5	5	10
8	<b>Total de processos julgados em 2013, 2014 e 2015 (P6.6 + P6.2 + P6.3 - 1º grau; e P6.6 + P6.3 - 2º grau)</b>	<b>35</b>	<b>5</b>	<b>40</b>
9	Total de processos que ainda necessitam julgamento para cumprimento da Meta (itens 4 - 8)	2	0	2
10	PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO DA META (%)	<b>94,59</b>	<b>100,00</b>	<b>114,29</b>

Fonte: Sistema de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho (Sigest)

Data-base: 30/3/2015

# METAS NACIONAIS 2015

Portaria GP nº 0243/2015

## META 7

Priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos

Identificar e reduzir em 1,5% o acervo de processos dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.

**Resultado 2º Grau**  
Em fase de levantamento

# METAS NACIONAIS 2015

## Resultado 1º Grau

META 7 - Priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos - identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior (1º grau)

Período	(P7.3) Quantitativo de processos dos dez maiores litigantes pendentes de julgamento na instância em 31.12.2014 (periodicidade única)	(P7.4) Quantitativo de processos dos dez maiores litigantes distribuídos na instância no mês de referência (Periodicidade mensal)	(P7.5) Número total de processos dos dez maiores litigantes que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência (Periodicidade mensal)	(P7.6) Número total de processos dos dez maiores litigantes que saíram da meta por saírem de situação de suspensão ou deixaram de se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência (Periodicidade mensal)	(P7.7) Quantitativo de processos dos dez maiores litigantes julgados na instância no mês de referência (Periodicidade mensal)	Percentual de cumprimento (%)
jan	1.546	147	0	0	58	93,14
fev		205	0	0	60	85,55
mar		406	2	0	167	75,35
abr						75,35
mai						75,35
jun						75,35
jul						75,35
ago						75,35
set						75,35
out						75,35
nov						75,35
dez						75,35

Fonte: Sistema de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho (Sigest)  
data-base: 30/3/2015

# METAS NACIONAIS 2015

Portaria GP nº 0243/2015

## META ESPECÍFICA 1

### Reduzir o tempo médio de duração do processo

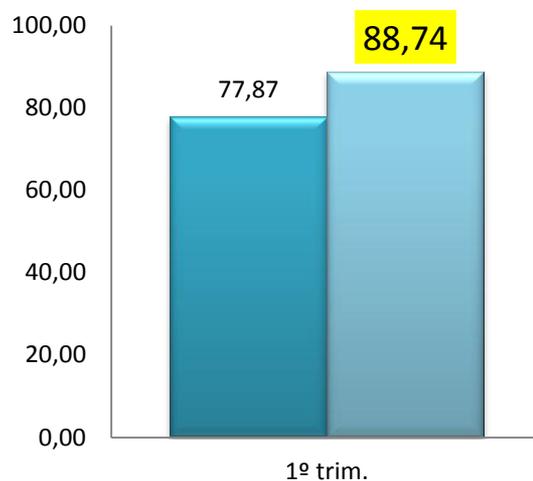
1º GRAU - Reduzir o tempo médio de duração do processo, em relação ao ano base 2014 – Fase de Conhecimento.

1% Para os TRTs que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias.

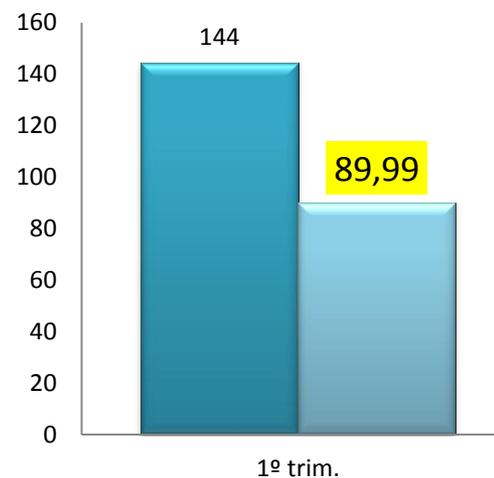
2º GRAU - Reduzir o tempo médio de duração do processo, em relação ao ano base 2014.

**1% Para os TRTs que contabilizaram o prazo médio de 201 a 300 dias.**

3% Para os TRTs que contabilizaram o prazo médio acima de 300 dias.



■ meta esperada ■ meta realizada



■ meta esperada ■ meta realizada

Em dias

# METAS NACIONAIS 2015

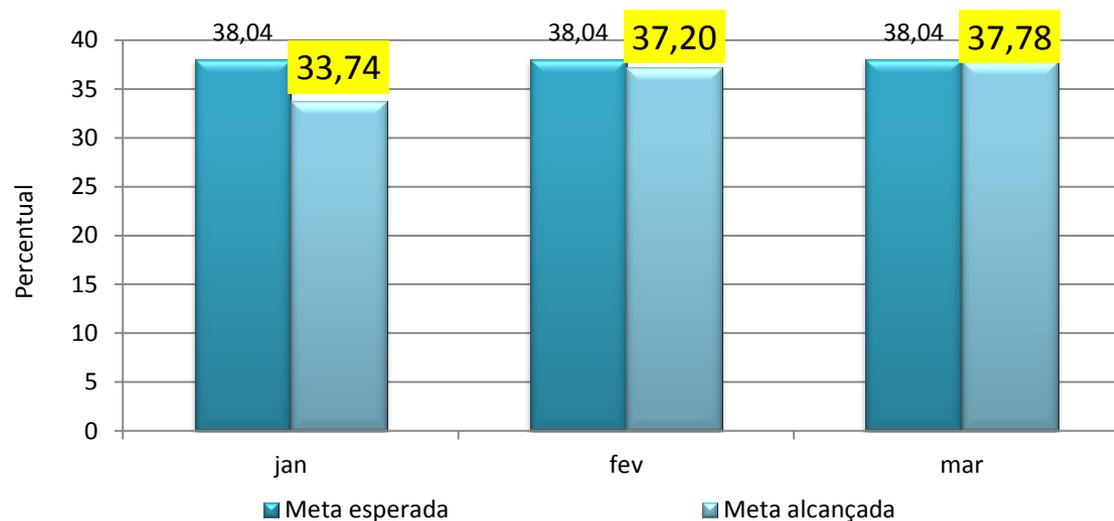
Portaria GP nº 0243/2015

## META ESPECÍFICA 2

Aumentar a conciliação na fase de conhecimento

Aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014:

2015: **1%**





# PLANO DE GESTÃO 2015-2016

---

**As Ações Prioritárias Alinhadas ao Planejamento  
Estratégico Participativo**

# PLANO DE GESTÃO 2015-2016

PLANO DE GESTÃO  
2015-2016

Linhas Prioritárias de Atuação	Ações Prioritárias
<b>Infraestrutura</b>	<p><b>AP1:</b> Aparelhar as Varas do Trabalho com equipamentos e mobiliários adequados, observando os critérios de ergonomia, acessibilidade e sustentabilidade;</p> <p><b>AP2:</b> Reformar, restaurar, adequar e ampliar as instalações físicas das unidades jurisdicionais de 1º Grau, em conformidade com o Plano de Obras do Regional;</p> <p><b>AP3:</b> Renovar a frota de veículos das unidades de 1º grau, conforme as diretrizes e necessidades identificadas pela unidade gestora do Regional;</p> <p><b>AP4:</b> Aquisição de terreno e aprovação do projeto para construção do prédio para abrigar as Varas do Trabalho de Porto Velho;</p> <p><b>AP5:</b> Elaborar, implantar e implementar o Plano Diretor de Informática – PDTI, conforme as diretrizes estabelecidas no PEP 2015-2020 e PETIC 2012-2016, priorizando o Sistema de Gestão de Recursos Humanos (SGRH), o Processo Administrativo Eletrônico (PROADE), o Sistema Administrativo Integrado e o Sistema de Controle de Material e Patrimônio.</p>
<b>Governança Administrativa e Gestão de Pessoas</b>	<p><b>AP6:</b> Capacitar continuamente magistrados e servidores em PJe-JT e sua integração com o e-Gestão;</p> <p><b>AP7:</b> Dar continuidade ao processo de reestruturação administrativa e funcional, com base nas demandas processuais e nas diretrizes da Resolução CSJT nº 63/2010, priorizando o 1º Grau de Jurisdição;</p> <p><b>AP8:</b> Realizar concurso público para contratação de novos servidores em conformidade com as ações táticas da unidade gestora do Regional;</p> <p><b>AP9:</b> Propiciar os meios necessários objetivando a implantação no âmbito do TRT14 do Módulo Licitações e Contratos integrantes do Projeto GAE – Gestão Administrativa Eletrônica da Justiça do Trabalho.</p>
<b>Eficiência Operacional</b>	<p><b>AP10:</b> Simplificação, padronização, manualização e desenvolvimento de sistemas de processos de trabalho nas áreas de apoio administrativo e judiciário (ênfase no PJe).</p>

# PLANO DE GESTÃO 2015-2016

PLANO DE GESTÃO  
2015-2016

**(Portaria GP nº 0563/2015, art. 5º)** As Ações Prioritárias deverão ser formalizadas pelos gestores das unidades intervenientes, de forma individualizada, **no prazo de 30 dias, a partir da publicação desta Portaria**, devendo conter, no mínimo, escopo, alinhamento à estratégia, clientes, justificativa, cronograma, benefícios esperados, metas e a indicação do gerente responsável pelo acompanhamento do projeto, estabelecidos na metodologia do Escritório de Projetos do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, conforme diretrizes contidas na Portaria nº 989, de 03 de julho de 2013, com o auxílio da Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional via Escritório de Projetos (EP).

**Art. 6º** O acompanhamento dos resultados decorrentes do Plano de Gestão 2015-2016 será de responsabilidade de cada gerente de Ação Prioritária, apresentando à Presidência relatório com os resultados parciais e proposição de ajustes, caso necessário, por ocasião das Reuniões de Análise da Estratégia (RAE), devendo as ações estar devidamente lançadas e gerenciadas no Sistema de Gestão Estratégica (SIGEST).

**Art. 7º** A execução do Plano de Gestão 2015-2016 não eximirá os gestores das áreas administrativas e judiciárias da obrigação de desenvolverem ações e projetos para o alcance dos objetivos eleitos no Planejamento Estratégico Participativo para execução no período 2015-2020, conforme diretrizes aprovadas na Resolução Administrativa nº 79/2014, Portaria nº 243/2015 e Memorandos Circulares 9 e 10/2015 do Gabinete da Presidência deste Regional.

# **METAS DO PLANO ESTRATÉGICO DA JUSTIÇA DO TRABALHO**

# Estratégia da JT

2015 - 2020

## QUESTÕES

DEMANDA DE PROCESSOS  
LITIGIOSIDADE  
DEMANDAS REPETIDAS  
CARGA DE TRABALHO

## PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

RESULTADO DE INÚMERAS DISCUSSÕES SOBRE COMO RESOLVER ESSAS E OUTRAS QUESTÕES CRÍTICAS, POR UM CAMINHO QUE ENVOLVE MAGISTRADOS E SERVIDORES NUM ESFORÇO CONJUNTO PARA ATINGIR METAS E CONSTRUIR UMA JUSTIÇA MELHOR

## META 11 DA JT

CONCLUIR MAIS EXECUÇÕES DO QUE AS INICIADAS ANUALMENTE

AUMENTAR O NÚMERO DE PROCESSOS SOLUCIONADOS POR CONCILIAÇÃO

## META 09 DA JT

## META 01 DA JT

APERFEIÇOAR A GOVERNANÇA DA GESTÃO DE PESSOAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO

## DEBATES PARTICIPATIVOS

REUNIÕES E ENCONTROS COM AS CORTES REGIONAIS, DEZENAS DE E-MAILS PARA DEFINIR A ESTRATÉGIA PARA OS PRÓXIMOS ANOS



## BENEFÍCIOS

EFETIVIDADE  
CELERIDADE  
PRODUTIVIDADE  
QUALIDADE DE VIDA  
BAIXA LITIGIOSIDADE

## Senhores responsáveis pelas unidades de gestão estratégica,

A fim de iniciar a mensuração dos indicadores da Justiça do Trabalho em 2015, solicitamos que preencham a tabela anexa com os nomes dos servidores responsáveis pela inserção de dados referentes aos parâmetros de cada indicador no Sigest.

Informamos que os Gestores de Metas serão cadastrados no Sigest como responsáveis pelos indicadores do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho nos respectivos TRTs.

Portanto, requeremos que procedam ao cadastramento dos referidos servidores e do gestor de metas no Sigest e que encaminhem a planilha preenchida até o dia **17 de abril** para o e-mail [apge@csjt.ius.br](mailto:apge@csjt.ius.br).

Comunicamos, ainda, que o Sistema de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho - Sigest estará disponível para preenchimento dos indicadores de acordo com os prazos estabelecidos.

(...)

Atenciosamente,

**Coordenadoria de Gestão Estratégica**

Conselho Superior da Justiça do Trabalho



Planejamento é uma forma de encontrar o caminho para alcançar resultados

**CSJT**

## Tabela de Responsáveis - Indicadores da Justiça do Trabalho

Indicadores	Responsável pela inserção de dados no Sigest
IEOD - Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado	
IPJ - Índice de Processos Julgados	
IPA - Índice de Processos Antigos	
IACJ - Índice de Ações Coletivas Julgadas - 1º grau	
IACJ - Índice de Ações Coletivas Julgadas - 2º grau	
ICP - Índice de Concentração de Processos dos Maiores Litigantes	
IE - Índice de Execução	

- ✓ Os indicadores **TMDP2**, **TMDP1c** e **ICONc** tiveram o preenchimento automatizado no Sigest com a extração de dados do Sistema e-Gestão. Portanto, não será necessário preencher as informações concernentes a eles.
- ✓ Contudo, faz-se necessário que o TRT valide mensalmente o resultado a partir de justificativa que deve ser anexada em formato pdf no respectivo mês de referência.
- ✓ Os indicadores **IGOV**Pessoas, **IGovTI** e **IGOV** terão seus prazos de preenchimento divulgados posteriormente.

**DELIBERAÇÕES**

# REVISÃO TÉCNICA NO GLOSSÁRIO DE METAS DO PEP 2015-2020

Após análise dos indicadores do PEP 2015-2020, junto às unidades gestoras, referente ao primeiro trimestre de 2015, foram propostos os seguintes ajustes, em conformidade ao art. 2º, § 2º, III, Resolução nº 079/2014, que passarão a constar no Glossário de Indicadores e Metas – Versão 2:

MOTIVAÇÃO	PROVIDÊNCIA
Devido aos ajustes nos demais indicadores.	1. Alterar a meta 1, para constar “Atingir e manter pontuação entre 64 e 96, até 2020”.
Os resultados referentes a 2014 foram disponibilizados posterior à data de conclusão do Glossário de Metas do PEP 2015-2020, razão pela qual foram adotados como linha de base os resultados de 2013.	2. Acolher sugestão constante do relatório acostado nos autos do processo nº 0000042-25.2009.5.14.0000, fls. 620/637, no sentido de atualizar a linha de base de 2013 para 2014 dos seguintes Indicadores: índice de Conciliação, Tempo Médio de Duração do Processo (1º e 2º graus), Índice de Processos Solucionados (1º e 2º graus) ou indicador substituto, e o Índice de Execução, mantendo-se inalterado o percentual das metas já definidas.

# REVISÃO TÉCNICA NO GLOSSÁRIO DE METAS DO PEP 2015-2020

MOTIVAÇÃO	PROVIDÊNCIA
<p>O atual indicador “Índice de Processos Solucionados”, composto pelos parâmetros “Total de processos solucionados e casos novos”, pretende medir o desempenho do objetivo estratégico “Aumentar a eficiência operacional quanto à celeridade e produtividade na prestação jurisdicional”. O indicador proposto visa medir a efetividade da prestação jurisdicional, levando-se em consideração a relação entre o número de processos baixados e o número de casos novos.</p>	<p>3. Acolher sugestão proferida no relatório acostado nos autos do processo nº 0000042-25.2009.5.14.0000, fls. 620/637, para alterar o indicador “Índice de Processos Solucionados” para “Índice de Atendimento da Demanda, 1º e 2º graus”.</p>
<p>Os referidos indicadores, constantes do Glossário de Metas do PEP 2015-2020, contêm parâmetros estabelecidos pelos questionários de IGOV do TCU e CNJ, tendo a função de auxiliar a administração com boas práticas de governança pública que, em princípio, reflete a capacidade do tribunal de ser adequadamente governado e gerido em prol do interesse da sociedade. Esses indicadores exigem efetivo monitoramento.</p>	<p>4. Dar efetivo gerenciamento (Secretaria de Gestão de Pessoas, ao Núcleo de Assistência à Saúde e à Diretoria de Serviços de Infraestrutura, Logística e Segurança) Índice de Governança da Gestão de Pessoas (IGovGP), Índice de Qualidade de Vida (IQV) e Índice de Governança da Infraestrutura (IGovinfra), respectivamente, no sentido de elaborarem e executarem respectivos planos de ação ainda no primeiro semestre de 2015.</p>

# REVISÃO TÉCNICA NO GLOSSÁRIO DE METAS DO PEP 2015-2020

MOTIVAÇÃO	PROVIDÊNCIA
Considerando o objetivo “Promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas” possuir medição mensal e o indicador “Índice de Qualidade de Vida (IQV)” ter medição trimestral, tornou-se necessário manter a mesma periodicidade para alimentação e análise no Sigest.	5. Alterar a periodicidade dos indicadores do Núcleo de Assistência à Saúde, alterando de mensal para trimestral, mantendo-se o gerenciamento mensal pelo gestor, junto ao Sigest.

# DELIBERAÇÕES DO PLANO DE GESTÃO

MOTIVAÇÃO	PROVIDÊNCIA
Intensificar as reuniões setoriais para mobilizar gestores e unidades com foco nas ações prioritárias eleitas pela administração. Portaria GP nº 0563/2015, que aprovou o Plano de Gestão para o biênio 2015-2016. (Art. 5º).	Apresentar planos de ação. Ofício Circular GP nº 20/2014. Registrar EP.

# DELIBERAÇÕES DAS ATAS DOS DIAS 08-01 (TRANSIÇÃO) E 13-02-2015 (METAS NACIONAIS)

## PROVIDÊNCIA

1. Realizar o cotejamento e catalogação de todas as comissões em vigência, a possibilitar a reformulação de alguns procedimentos e a conclusão de outros, redefinir papéis e mecanismos de coordenação dos trabalhos das comissões internas não permanentes do Regional de forma a dar maior fluidez aos procedimentos internos. Indicar unidade responsável pelo trabalho e prazo de conclusão.
2. Adequar no glossário a Meta Regional 14 para incluir os percentuais de outubro, novembro e dezembro, em conformidade com a Portaria GP nº 243/2015.

# O PROCESSO DE PLANEJAMENTO É FLEXÍVEL

## RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 079/2014

### “Art. 2º

§ 2º O plano poderá sofrer **revisão periódica**, a fim de atualizar os seus termos, desde que alinhando às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em consonância às mudanças de cenários interno e externo, sem prejuízo da continuidade administrativa.”

(...)

“III - A Matriz de Indicadores e Iniciativas Estratégicas do TRT14 é composta pelos indicadores de resultado, metas e iniciativas estratégicas, que **serão revisadas periodicamente**, com a adequação aos objetivos estratégicos, observando o respectivo glossário de forma impressa e no sítio eletrônico do Tribunal, com **validação por ocasião da Reunião de Análise da Estratégia (RAE)**.”

(...)

“Art. 7º Os indicadores, metas, iniciativas e planos de ação decorrentes do plano estratégico deverão ser **permanentemente monitorados** e os seus resultados analisados, sendo de responsabilidade dos gestores das unidades de 1º e 2º graus a alimentação dos dados no SIGEST.

§ 1º Caberá aos gestores titulares e substitutos das unidades jurisdicionais e administrativas vinculadas aos objetivos e indicadores estratégicos, **gerenciar os resultados de desempenho** aferidos no período, devendo **apresentar plano de ação** nos casos de não cumprimento das metas.”

As ideias e estratégias são importantes, mas o verdadeiro desafio é a sua execução.

Percy Barnevik

**Desembargador FRANCISCO JOSÉ PINHEIRO CRUZ**  
Presidente do TRT da 14ª Região

**Muito Obrigado!**